

Luzes e sombras da universidade Adriano Moreira *

A passagem do milénio ficou caracterizada pelo facto de terem desaparecido as sociedades estabilizadas que foram ainda a ambição das sobrevivências conservadoras que imaginaram que a guerra de 1914-1918 era a última das guerras europeias.

Aquele modelo incorporara estruturalmente a concepção napoleónica do ensino, que identificava os subsistemas por objectivos e pareceu inspirado na concepção militar da cadeia de comando.

Os soldados, tal como os operários, deviam saber ler, escrever, e contar, encargo da escola primária, para quantificarem armas, munições, ferramentas, peças e máquinas; os coordenadores de pequenas unidades de intervenção, sargentos e contramestres, deveriam ser capazes de interpretar as ordens e instruções escritas, assegurando a execução com o uso do saber e autoridade do ensino médio e profissional; os oficiais e gestores, destinados à criatividade e comando dos aparelhos do Estado e das empresas, tinham de fazer o percurso que levava do liceu à

* Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

Universidade, com a segurança de que a sociedade estabilizada garantia a passagem tranquila dos claustros para as responsabilidades que os esperavam.

As muitas revoluções que se articularam no século passado, na ciência e na técnica disponíveis, nos mercados reformulados, na informação em tempo real, nos teatros estratégicos mundializados, definitivamente abalaram as estruturas do conservadorismo e desactualizaram os conceitos organizados para as racionalizar.

Tudo com subordinação a um ritmo variado do tempo, porque as estruturas se modificaram em tempo social acelerado, e a nossa capacidade de reorganizar o aparelho conceptual desenvolveu-se num tempo social demorado, pelo que a contradição, ou a fragilidade da relação, entre tais conceitos e a realidade movediça, é frequente.

Um dos efeitos sincréticos das alterações tributárias de tantas variáveis, foi a mudança de perfil das sociedades conservadoras para sociedades em mudança, implicando uma acelerada desactualização de valores, de projectos de vida, de solidariedades, de perspectivas, da relação entre a cidadania e o Estado.

As fronteiras geográficas sacralizadas transformaram-se em transparentes, as solidariedades horizontais sobrepueram-se às tradicionais solidariedades verticais, a sociedade civil nacional evoluciona para transfronteira e transnacional, a soberania desfibrou-se em capacidades separadas que nem todas permanecem ao alcance de todos os Estados, os movimentos migratórios ressuscitam as sociedades cosmopolitas, a sociedade da informação e do saber é o modelo que funciona de utopia em busca de um desenvolvimento humano sustentado.

Seria errado ignorar o papel da Universidade na dinamização de todos estes processos de mudança, sendo que nela se organiza o saber que orientou as intervenções motoras da acelerada evolução, designadamente na ameaçadora mundialização dos teatros estratégicos que a domesticação da energia atómica acompanhou, no desenvolvimento da maior guerra do mundo que é o ataque ao ambiente, no derrubar dos limites das

ciências da vida, na subalternização da teoria das boas razões, um descuido para o qual apontou dramaticamente Julius Robert Oppenheimer quando advertiu o governo dos EUA contra o uso do poder atômico com que a sua equipa o dotara.

Esta sementeira de riscos é um efeito colateral de que não podemos isentar a intervenção universitária, que tem réplicas no âmbito das ciências humanas na medida em que contribuíram para desconstruir sistemas e modelos sem capacidade para amparar a reconstrução, alargando-se o passivo dos excluídos, das comunidades párias, da evolução revolucionária, dos valores económicos e de eficácia sobrepostos aos valores da solidariedade e do mútuo adjutório.

Para teoria dos efeitos colaterais que pertencem às sombras da intervenção universitária, estas referências são talvez suficientes, mas talvez igualmente indispensáveis para valorizar a contribuição orientada, assumida, e qualificada no sentido de assegurar um desenvolvimento humano sustentado, sem distinção de etnias, de áreas culturais, de diferenciações soberanas, fornecendo as bases de intervenção de uma vasta gama de instituições mundializantes, em que se destacam as organizações especializadas da ONU.

Para enfrentar as mudanças estruturais da comunidade mundial, incluindo os efeitos colaterais, tornou-se vigorosa a tendência para a organização em redes das várias estruturas universitárias nacionais, que assumem progressivamente a tendência das sociedades civis para se definirem como transnacionais, o que se traduz em que a dimensão da vocação de serviço à comunidade se alarga e se independentiza do poder político.

Os factores exógenos, todos abrangidos pelo conceito de internacionalização, tornam-se dominantes, minorizando as limitações de um passado modelo de exclusivo serviço à identidade nacional, no longo período em que a soberania se definiu como absoluta.

A história dos países europeus, e muito claramente a portuguesa, documenta a presença desses centros dinamizadores do saber e do saber fazer na formulação e execução dos conceitos estratégicos nacionais. Todavia, o passivo dessa função histórica incluiu, no tempo longo, uma

situação de insularidade em relação ao mundo de soberanias circundantes, com sinais tão significativos como a persistente recusa de reconhecer os títulos universitários estrangeiros, na mesma lógica de limitar a política de bolsas, de tardar em reconhecer que a fuga de cérebros é uma delapidação do património nacional.

A mudança radical da definição do estatuto internacional português no último quartel do século XX, potencializou a importância dos factores exógenos e a exigência de uma resposta à alteração dos conceitos e das realidades da soberania, da fronteira, da sociedade civil a evoluir para transfronteiriça, da cultura desafiada pela mundialização, da nova síntese de responsabilização dos indivíduos que se chama cidadania, e do apontar para um novo conceito estratégico nacional pela inserção no projecto, sem modelo pré-definido, da União Europeia.

A definição e mobilização da resposta, na área do ensino superior, contou com a intervenção dos estrangeirados e africanistas que regressaram, e também, no domínio privado, com a experiência de alguns poucos institutos que tinham ocupado nichos modernizantes abandonados pelas iniciativas oficiais, e com a instalação da Universidade Católica finalmente consentida pelo governo do Doutor Oliveira Salazar, e recebendo o enquadramento jurídico interno já no último governo da Constituição de 1933.

É notável o desenvolvimento da rede pública, com realizações que mudaram muito do panorama social e urbano português tornando respeitadas instituições universitárias e politécnicas que agrediram a passividade da interioridade, aprofundando o rompimento da insularidade tradicional que ainda afecta a consistência de uma rede interna de cooperação das instituições, e promovendo o salto para a presença na rede transnacional que nesta data é uma componente importante da unidade europeia.

Naturalmente, a mobilização de capacidades e recursos, num Estado em reorganização de conceito e de estruturas, tem de vencer uma resistência e inércias que, entre mais custos, têm o custo do tempo perdido.

Foram essencialmente defensivas políticas como a do *numerus clausus*, foi grande o desperdício de vocações e talentos aos quais esses limites quantitativos impediram o acesso à rede pública, é de registar que o

conflito ideológico teve presença, e que tudo animou uma intervenção da sociedade civil no exercício da liberdade do ensinar e do direito de aprender.

A carga negativa de todos os processos sociais, julgamos que aqui se manifestou sobretudo num defeituoso funcionamento do mercado, podendo talvez responsabilizar os seguintes factores: explosão da procura rejeitada pela rede pública; resposta privada condicionada pela dimensão dos investimentos, o que encaminhou a oferta para as áreas de menor exigência financeira; na lógica destas limitações, a procura foi realmente condicionada pela oferta especificamente definida, e com peso dominante na área das ciências humanas; o desencontro entre as formações obtidas e as necessidades do mercado de trabalho foram uma consequência inevitável, o que nesta data é preocupante; a retoma do dinamismo da rede pública, o alargamento da sua capacidade de recepção, e, por outro lado, o decréscimo demográfico que acentua a dependência europeia da imigração, conduziram a uma situação de reajustamento entre a oferta global (rede pública mais rede privada) e a procura, que supomos poder ser classificada de crítica neste começo de milénio.

Teremos ainda de considerar o facto de que a democratização do Estado parece ser mais fácil do que a democratização da sociedade civil. Isto tem que ver, em primeiro lugar, com a dificuldade com que se tem afirmado o princípio e a realidade de igual dignidade, embora com diferentes especificidades, entre o subsistema universitário e o subsistema politécnico e a dignificação das formações não universitárias.

Uma larga tradição cultural, submissa aos símbolos, torna difícil vencer as opções semânticas em favor da valorização dos conteúdos, e o esforço exigido neste domínio continua a ser considerável.

Foi histórico que o próprio sistema universitário, animado pela recuperação que tanto deve à revoada de africanistas e estrangeirados, assumisse a iniciativa da avaliação, tendo como meta a implantação dos critérios de excelência em todos os domínios de acção que pertencem ao sistema, a investigação, a docência, o serviço à comunidade já transfronteiriça e transnacional.

O processo evoluciona no sentido de, com a criação do CNAVES – Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, todos os subsistemas, públicos e privados, universitários e politécnicos, incluindo os estabelecimentos militares de ensino, ficarem subordinados a uma unidade de guiões e de comissões externas de avaliação.

A reconhecida prioridade da educação, na perspectiva de um desenvolvimento humano sustentado, fez surgir o risco de a opinião dominante imaginar que apenas o ensino necessitava de adoptar essa perspectiva, mas a iniciativa contribuiu, ao contrário, para implantar uma cultura geral de avaliação, que vai dos órgãos de soberania à atitude crítica renovada da sociedade civil.

No decorrer deste processo foram sendo identificados pontos fortes e pontos fracos do sistema, dos quais indicarei alguns que me parecem de importância cimeira.

Em primeiro lugar os desperdícios do sistema global, que se traduzem no facto de um apreciável número de universitários altamente qualificados, apenas no estrangeiro, longe do espaço nacional e até europeu, encontrarem campo para o exercício das suas competências e criatividade. Por experiência antiga, é um sinal de debilidade do desenvolvimento ter a necessidade, ter o técnico, e não ter capacidade de fixação dos cérebros que emigram para fortalecer outras comunidades e economias.

Por outro lado, a racionalização da rede nacional, conceito em que integro a rede pública e a rede nascida da iniciativa privada, é uma exigência inadiável, entre outros objectivos avultando o de proteger um património colectivo que o bom governo aconselha a cuidar com o critério globalista.

Esta racionalização começa pela clarificação das gamas de formação oferecidas, para não poder manter-se a perturbadora cortina semântica que torna obscura a identificação dos conteúdos, que impede um juízo ponderado sobre a relação delas com as necessidades da comunidade, que está a introduzir elementos de conflitualidade com a acreditação institucional.

Nestas instituições destacam-se as Ordens, que entretanto se multiplicaram, e as Associações Profissionais que avocam competências similares.

Nada garante que a evolução dos conceitos identificadores das formações evoluam concordantes no aparelho do ensino e no aparelho da acreditação; nada assegura que a natureza das coisas faça coincidir o conceito de engenheiro da Universidade e o conceito de engenheiro das Ordens e Associações Profissionais. Mas a racionalização tem de intervir para que a semântica não desenvolva uma intervenção desestabilizadora, sem vantagem para o conhecimento e ordenação da realidade. A articulação entre os dois sistemas, nas comissões de avaliação, parece uma via útil já legalmente prevista, mas os factos ainda brigam com a oferta legal.

Por outro lado, a evolução demográfica, o alargamento da oferta da rede pública, e a redefinição do mercado, exigem uma racionalização do número e qualidade das instituições vigentes.

O CNAVES recomendou que fossem previstos e regulados processos de fusão entre estabelecimentos de ensino, e também recomendou que o modelo das Fundações fosse privilegiado na área da iniciativa privada.

Trata-se de evitar que motivações económicas e financeiras afectem excessivamente o desempenho das instituições, e também de corrigir o que parece uma evolução viciosa da oferta existente. De facto, a concorrência do sistema habitacional que inspirou o *numerus clausus* da rede pública, e os condicionamentos limitativos dos investimentos disponíveis para a construção da rede privada, avolumaram as ofertas que exigiam menores disponibilidades financeiras, e provocaram a inversão das regras do mercado: não foram as vocações dos jovens que determinaram a variedade de oferta, foi a oferta possível que limitou as opções dos candidatos. Muito do desequilíbrio existente no mercado de trabalho resultou dessa evolução, a correcção parece necessária, sendo evidente a urgência de um banco de dados indicativo que apoie as escolhas em face de uma oferta racionalizada.

Multiplicam-se as iniciativas, para além do processo de avaliação em curso, que debatem a situação do ensino, as carências financeiras, os

espaços de modernização por ocupar, as racionalizações que se atacam, as metodologias ultrapassadas, as deficiências dos modelos de gestão, a produtividade, a articulação dos patamares do ensino, a internacionalização.

Nenhuma das inquietações está fora de propósito, mas frequentemente não é adequada uma leitura pessimista, resultante designadamente na versão que vai alimentar o diálogo da sociedade civil.

Desejo terminar contestando o pessimismo da leitura, porque é justamente a densidade do diálogo que demonstra a recuperação da vitalidade interventora da Universidade.

Frequentemente se esquece que o diálogo, realidade bem diferente da pressa de dizer, é o método que faz criar e modificar a opinião da sociedade civil, que finalmente será interventora nos processos decisórios, incluindo as decisões políticas. Mesmo na avaliação da qualidade, é recomendável não confundir a massificação com a qual o crescimento descoordenado da oferta lidou mal, com a avaliação da curva de excelência que, a despeito daquela limitação, se afirmou e se documenta com numerosas instituições que, em duas décadas, alteraram o panorama cultural, científico, e urbano do país profundo, das interioridades, das comunidades despertadas para o desenvolvimento e para a competitividade.

O que aponta para uma correcção do errado processo que levou ao desequilíbrio da oferta na área das ciências humanas, e para a limitação, por razões de mercado, da esfera de criatividade desinteressada e inovadora que não pode ser retirada à Universidade. O reordenamento parece claro que deva ser orientado pelo valor revisitado da cidadania, pelo ensino revisitado do exercício da cidadania, pela leitura renovada do conceito matricial de Péricles, segundo o qual não é digno de ser ateniense quem não participe no esforço da república.